

INFORMAÇÃO ESCRITA DE REPRESENTANTES

Ano 2022

Atento o disposto do artigo 10º n.º 3 do Regimento, os representantes do Município prestam informação anual dos organismos de que fazem parte

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal 26 de abril de 2023

Índice

	Pági	nas
Ponto 1 -	Congresso da ANMP 2	- 3
Ponto 2 -	Congresso da ANAM 4	- 5
Ponto 3 -	Assembleia Intermunicipal da OesteCIM 6	- 8
Ponto 4 -	Conselho Cons. Paisagem Protegida Serras Socorro e Archeira 9 -	10
Ponto 5 -	Conselho Municipal da Educação11 -	- 12
Ponto 6 -	Conselho da Comunidade do ACES OesteSul	14
Ponto 7 -	Conselho Cinegético de Conservação da Fauna Municipal 15 -	17
Ponto 8 -	Conselho Municipal de Juventude 18 -	22
Ponto 9 -	Conselho Municipal de Saúde 23 -	24
Ponto 10 -	Comissão Municipal de Proteção Civil 25 -	26
Ponto 11 -	Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais 27 -	29
Ponto 12 -	Comissão Alargada da CPCJ	32

Congresso ANMP

Representantes:

José Manuel Correia Celso Carvalho

Informação - Ano 2022

Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP

A 17 de setembro de 2022 decorreu, na cidade de Viseu, um Encontro Nacional de Autarcas, promovido pela ANMP.

Este encontro contou com as intervenções iniciais do presidente da Câmara Municipal de Viseu, Fernando Ruas, do presidente da Mesa do congresso da ANMP, Carlos Moedas e da presidente do conselho Diretivo da ANMP, Luísa Salgueiro e teve também a participação do Sr. Primeiro Ministro, António costa, responsável pela sessão de encerramento.

Durante os trabalhos foram debatidas 2 questões principais, a saber:

- Gestão e Financiamento Local e
- Descentralização de Competências

Relativamente ao primeiro tema foram abordados o OE2023, o PT2020, o PRR, o PT2030 e a Lei das Finanças Locais.

No que diz respeito à descentralização de competências, entre outras coisas, destacouse a autonomia financeira e o mapeamento das NUT.

Antes disso, a 11 e 12 de dezembro de 2021, em Aveiro, tinha já decorrido o XXV Congresso da ANMP, do qual cumpre dar agora uma breve nota por esta ser a 1ª informação escrita do presente mandato.

Neste congresso foram eleitos os titulares dos órgãos da ANMP, foram votadas algumas alterações aos estatutos da associação e ainda apresentados o relatório de atividades e o parecer do conselho fiscal foram debatidos temas como a organização do Estado, o modelo de desenvolvimento e coesão territorial e o financiamento local.

O Sr. Primeiro Ministro marcou também presença neste congresso e proferiu a sua intervenção na sessão de abertura. Já no 2º dia, foram especialmente relevantes as intervenções da Sra. Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Alexandra Leitão e do Sr. Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que fez o encerramento do congresso.

Torres Vedras 23 de março de 2023

José Manuel Correia Celso Carvalho

Congresso da ANAM

Representante:

Leonor Marinheiro (em substituição)

Exmo. Sr. Presidente da

Assembleia Municipal de Torres Vedras

José Manuel Correia

Assunto: 3ª Congresso da ANAM

Venho pela presente nota para informar que 3 º congresso da Associação Nacional de Assembleia Municipais (ANAM) decorreu na Covilhã a 19 de fevereiro de 2022 e que foi um gosto representar, na qualidade de 2ª secretária da Mesa e em substituição de V. Exa. a Assembleia Municipal de Torres Vedras,

Neste congresso a temática centrou-se na regionalização e descentralização e foram debatidas as assimetrias da densidade populacional entre o litoral interior e desenhou-se a história da implementação da ANAM, constituída em maio de 2016 e opor muitos considerada uma feliz iniciativa para a valorização do trabalho que Assembleias Municipais merecem. Neste ponto foi referida a figura do Dr. José Augusto Carvalho, como elemento fundamental para consolidar o poder local em Portugal.

Foi aprovado, por unanimidade, o regulamento do congresso, com algumas alterações, as alterações estatutárias e realizada a eleição dos órgãos sociais.

Abordou-se a questão da autonomia das Assembleias Municipais e tecidas algumas críticas, nomeadamente sobre a aprovação de orçamentos sem a devida explicação técnica ou ainda a a aprovação de relatórios, planos e outros documentos sem a devida apresentação.

As senhas de presença, pagas pela Câmara Municipal, foram também matéria de discussão e entendeu-se que, enquanto órgão fiscalizador, as Assembleias Municipais deveriam ter a sua autonomia financeira.

Neste congresso foram ainda assinados protocolos com a Universidade de Aveiro e a Porto Editora e realizou-se uma mesa redonda com a temática Regionalização o Poder Local e a Governação Multinível, onde foram oradores José Luis Carneiro, José Manuel Fernandes, Cecília Meireles que teve como moderador Filipe Teles.

Houve ainda lugar à intervenção do Sr. Secretário de Estado adjunto do Desenvolvimento regional, Dr. Carlos Miguel que, entre outros assuntos, salientou que é necessária uma descentralização adequada para que se consiga operacionalizar a regionalização.

Em suma, deste congresso ficou a nota da importância de consolidar esforços e assumir responsabilidades porque se assim for os Municípios sairão a ganhar.

Torres Vedras, 10 de março de 2023

Assembleia Intermunicipal da OesteCIM

Representantes:

Rui Prudêncio; Luís Carlos Lopes; António Carneiro; Susana Neves; Marta Geraldes e José Vale Paulos

Assembleia Intermunicipal do Oeste Informação - Ano 2022

Durante o ano de 2022 a Assembleia Intermunicipal do Oeste reuniu por 2 vezes, ambas em sessões ordinárias, nas seguintes datas e com as seguintes ordens de trabalhos:

Sessão Ordinária de 21 de abril:

- Ponto 1 Informação escrita do Presidente do Conselho Intermunicipal da OesteCIM;
- Ponto 2 Apresentação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2021 da Comunidade Intermunicipal do Oeste;
- **Ponto 3** Apresentação, discussão e votação da Alteração Orçamental Modificativa n.º 1 de 2022 da ComunidadeIntermunicipal do Oeste;
- Ponto 4 Informação da deliberação do Conselho Intermunicipal de dia 14/04/2022 referente ao operador interno a constituir no âmbito do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros;
- **Ponto 5** Apresentação, discussão e votação da constituição de Comissões ao abrigo do artigo 23º do Regimento da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste;
- Ponto 6 Votos, Moções e Recomendações.

Sessão Ordinária de 19 de dezembro:

- **Ponto 1** Relatório sobre o Novo Hospital do Oeste;
- Ponto 2 Informação escrita do Presidente do Conselho Intermunicipal da OesteCIM;
- Ponto 3 Informação do ROC sobre a situação Económica e Financeira
- a 30 de junho de 2022 da Comunidade Intermunicipal do Oeste;
- Ponto 4 Apresentação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023 da Comunidade Intermunicipal do Oeste;
- **Ponto 5** Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2023 da Comunidade Intermunicipal do Oeste;
- Ponto 6 Apresentação, discussão e votação da Autorização Prévia

Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais;

Ponto 7 – Apresentação, discussão e votação da alienação do Convento de S. Miguel (também designado por Convento das Gaeiras) ao Município de Óbidos e respetivas condições;

Ponto 8 – Votos, Moções e Recomendações.

Torres Vedras, 28 de março de 2023

Os representantes desta Assembleia na Assembleia Intermunicipal do Oeste Rui José Prudêncio (PS)

Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes (PSD)

António Carlos Nunes Carneiro (PS)

Susana Maria Ribeiro das Neves (PS)

Marta Filipa Sousa Geraldes (PSD)

José António do Vale Paulos (PS)

Conselho Consultivo da Paisagem Protegida Serras do Socorro e Archeira

Representante:

João Carlos Caldeira

Informação Ano 2022

Conselho Consultivo da Área de Paisagem Protegida da Serra do Socorro e Archeira

Como representante no Conselho Consultivo da Área de Paisagem Protegida da Serra do Socorro e Archeira, mas também como membro órgão de gestão :

- Participação em assembleia geral anual
- Ratificação/Autorização de atividades no espaço da PPLSSA
- -Vigilância e providência de atividades necessárias de limpeza e manutenção dos espaços de uso público
- Articulação com o GTF de novas plantações e manutenção das existentes.

Torres Vedras, 26 de março de 2023

Atentamente,
João Carlos Caldeira

Conselho Municipal da Educação

Representantes:

José Manuel Correia David Lopes

Informação Ano 2022

Conselho Municipal da Educação

No decorrer do ano de 2022, o Conselho Municipal da Educação reuniu uma única vez, a 19 de julho. Esta reunião decorreu na Escola Básica Carlos Bernardes, no Turcifal, entre as 15h e as 17h, tendo sido tratados os seguintes.

- Ponto 1 Apresentação dos membros do Novo Conselho Municipal da Educação;
- Ponto 2 Análise e aprovação do Regimento Interno do conselho Municipal da Educação;
- Ponto 3 Balanço do ano letivo 21/22;
- Ponto 4 Perspetivas do ano letivo 22/23;
- Ponto 5 Aprovação do Plano de Transportes Escolares 22/23;
- Ponto 6 Outros assuntos
- Ponto 7 Visita à Escola

Importa referir que a composição dos Conselhos Municipais de Educação é determinada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, designadamente:

- 1. Presidente da Câmara Municipal, que preside;
- 2. Presidente da Assembleia Municipal:
- 3. Vereador responsável pela educação;
- 4. Presidente da junta de freguesia, eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do Concelho;
- 5. Representante do departamento governamental responsável pela área da educação;
- 6. Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional respetiva;
- 7. Diretores dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas da área do município.

E ainda, quando existem nos municípios:

- a) Um representante das instituições de ensino superior público;
- b) Um representante das instituições de ensino superior privado;
- c) Um representante do pessoal docente do ensino secundário público;
- d) Um representante do pessoal docente do ensino básico público;
- e) Um representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública;
- f) Um representante de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;
- g) Um representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados;
- h) Dois representantes das associações de pais e encarregados de educação;
- i) Um representante das associações de estudantes;
- j) Um representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação;
- k) Um representante dos serviços públicos de saúde;
- I) Um representante dos serviços da segurança social;
- m) Um representante dos serviços de emprego e formação profissional;
- n) Um representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto;
- o) Um representante das forças de segurança;
- p) Um representante do conselho municipal da juventude.

Torres Vedras, 23 de março de 2023

Conselho da Comunidade do ACES OesteSul

Representante:

Rui Prudêncio

Conselho da Comunidade do Aces Oeste Sul Informação Ano -2022

A Assembleia Municipal elegeu o seu representante no Conselho da Comunidade do ACES Oeste Sul, em sua reunião de 29 de novembro de 2021. Além desta representação, a Sra. Presidente da Câmara Municipal também é parte integrante deste Conselho.

No decorrer do ano de 2022, os conselheiros reuniram por 2 vezes, a 26 de abril e a 14 de junho.

Reunião Ordinária - 26 de abril

A reunião teve início às 16h, na Lourinhã, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1- Transferência de Competências;

Neste ponto os presidentes de Câmara presentes deram a conhecer as dificuldades em comprar os consumíveis aos preços calculados a quando da transferência de competências, o que leva a um desequilíbrio das contas.

Foi também referida a dificuldade de gestão conjunta da questão das viaturas que são agora, todas elas, propriedade do Município de Torres Vedras.

2- Utentes sem Médico

Entre outras reflexões, neste ponto a representante da ARS- LVT que estava presente foi questionada sobre razão de continuarem a abrir vagas no norte do País, onde a carência de médicos de família é residual e o porque da não abertura de vagas apenas onde a situação é mais crítica, mas não foi obtida uma resposta direta.

3- Outros Assuntos

Reunião Extraordinária - 14 de junho

A reunião teve início às 15h, em Torres Vedras, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

<u>Ponto único –</u> Apresentação discussão e parecer ao Plano de atividades de 2022 e Relatório de atividades 2021

Foram apreciados os documentos referidos, que estão disponíveis no gabinete de apoio à Assembleia Municipal para consulta dos interessados.

Torres Vedras, 28 de marco de 2023

O representante no Conselho da Comunidade do ACES OesteSul Rui Prudêncio

Conselho Cinegético da Conservação da Fauna Municipal

Representante:

Pedro Bernardes

CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL INFORMAÇÃO – Ano 2022

ENQUADRAMENTO

O conselho cinegético e da conservação da fauna municipal (CCM) é um órgão consultivo que foi constituído ao nível municipal, regulado pelo Decreto-Lei 202/2004, de 18 de agosto.

A sua função passa pela discussão e elaboração de propostas e medidas que se considerem úteis à gestão e exploração dos recursos cinegéticos, que resultem no fomento cinegético e do exercício da caça, bem como da conservação da fauna, e contribuam para o desenvolvimento local, nomeadamente para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

O CCM também deve realizar os seguintes procedimentos quando necessário:

- Apoiar a Administração na fiscalização das normas legais sobre a caça e na definição de medidas tendentes a evitar danos causados pela caça à agricultura;
- Emitir parecer, no prazo de 15 dias, sobre a concessão de zonas de caça associativa (ZCA) e zonas de caça turística (ZCT), a criação e transferência de zonas de caça nacionais (ZCN) e zonas de caça municipais (ZCM), bem como sobre a anexação de prédios rústicos a zonas de caça e, ainda, sobre a transferência de gestão de terrenos cinegéticos não ordenados e suas renovações, findo o qual pode o procedimento prosseguir e vir a ser decidido sem o parecer;
- Emitir parecer sobre as prioridades e limitações dos diversos tipos de zona de caça;
- Facilitar e estimular a cooperação entre os organismos cujas ações interfiram com o ordenamento dos recursos cinegéticos.

RESUMO DA ATIVIDADE 2022

No dia 13 de abril decorreu a primeira reunião do CCM, presidida pela Vereadora Dulcineia Ramos, onde foram nomeados os representantes das entidades que o constituem. Nessa mesma reunião, foram ainda abordados/tratados os seguintes assuntos: debate sobre sugestões para o fomento das espécies cinegéticas e seu habitat no território; nomeado um representante para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR); problemática do aumento das populações de javali e impactos na agricultura, pecuária, e fauna; uniformização do calendário venatório e dos horários de caça.

A **20 de abril**, o CCM organizou uma sessão de demonstração da utilização da plataforma RUBUS. Esta plataforma tem como objetivo informatizar processos do setor cinegético (ex.: pedidos de selos de caça maior). Nessa sessão foram auxiliadas várias entidades gestoras de zonas de caça no registo e pedido de selos de caça maior.

No dia **27 de junho** foi realizada a segunda reunião do CCM, onde se debateram os calendários venatórios de várias zonas de caça existentes no concelho, e a possibilidade do Município de Torres Vedras, em parceria com as entidades do setor cinegético, dinamizarem a "Feira da Caça, Pesca e Turismo da Natureza".

A **8 de julho**, após despacho de declaração de alerta de perigo de incendio, com condicionalismos ao acesso, circulação e permanência no interior dos espaços florestais, o CCM contactou e realizou esclarecimento às entidades do setor cinegético, sobre as implicações desse despacho.

No dia **15 de setembro** decorreu a terceira reunião do CCM, onde se divulgou a abertura do Anúncio do Fundo Ambiental "Programa de Apoio ao Ordenamento e à Gestão de Zonas de Caça 2022", que as entidades gestoras de zonas de caça estariam aptas a se candidatar. Foi também debatido o calendário venatório e a possibilidade de se realizarem atividades e ações diversas alusivas à caça, pesca e turismo de natureza, no ano de 2023.

A Vereadora Dulcineia Ramos desafiou todas as entidades representadas no CCM a apresentarem sugestões de atividades a desenvolver em 2023, numa semana dedicada à caça, pesca e turismo da natureza. Foram poucas as sugestões rececionadas, sendo previsto a dinamização das seguintes iniciativas: realização de uma prova de Santo Huberto (prova de cães de parar); realização de um convívio de pesca desportiva; uma ação de caça ao lixo (remoção de resíduos da floresta); "cãominhada" com caçadores; ação de formação "Análise inicial de peças de caça maior" destinadas aos caçadores.

Em **19 de setembro**, o CCM disponibilizou um guia prático para a submissão de candidatura ao "Programa de Apoio ao Ordenamento e à Gestão de Zonas de Caça 2022", elaborado pelo Município de Torres Vedras, e foram realizadas várias reuniões e esclarecimentos a entidades gestoras de zonas de caça em Torres Vedras.

Ao longo do ano de 2022, a Câmara Municipal de Torres Vedras, através de elementos que secretariam o CCM, nomeadamente o Eng.º Renato Ferreira (Gabinete Técnico Florestal, Divisão de Ambiente e Sustentabilidade) e Luis Gomes (Área de Limpeza Urbana, Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais), sob a orientação da Presidente do CCM, Vereadora Dulcineia Ramos, providenciaram vários contactos, reuniões e esclarecimentos, com agentes do setor cinegético, proprietários rurais, e ainda com o Núcleo de Proteção Ambiental da Guarda Nacional Republicana de Torres Vedras. Estes contactos abrangeram temas diversos, tais como esclarecimentos sobre condicionalismos à prática cinegética impostos pela legislação em vigor, identificação e reporte de suspeitas da prática de caça furtiva, gestão das zonas de caça (identificação dos limites), pedidos de realização de fogo controlado para renovação de pastagens, identificação descargas de resíduos na floresta, pedidos de limpeza de terrenos e linhas de água, entre outros. Destaque-se ainda que também foram enviadas várias informações e comunicações às entidades gestoras de zonas de caça, abordando temas associados ao setor."

Torres Vedras, 30 de março de 2023

Com os melhores cumprimentos.

Pedro Bernardes, Presidente da Junta

Conselho Municipal de Juventude

Representantes:

Tomás Lourenço; Marta Geraldes; Andreia Caldas; Francisco Corvelo e Carlos Filipe O Conselho Municipal de Juventude de Torres Vedras (CMJTV), instalado em dezembro de 2015 e regulamentado pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, apresenta-se como o órgão consultivo do Município em matérias de juventude, pretendendo-se que represente os jovens de Torres Vedras, constituindo-se como palco de partilha de informação, conhecimentos e anseios, possibilitando a rentabilização de recursos e capacidade criativa dos jovens e, desta forma, estimular o seu contributo no desenvolvimento do Concelho.

Sessão Ordinária de 3 de março de 2022

Estiveram presentes perante a Presidente do CMJTV, a Vereadora Ana Umbelino, os seguintes representantes: Francisco Corvelo (Membro da Assembleia Municipal PCP); Marta Geraldes (Membro da Assembleia Municipal PSD); Tomás Lourenço (Membro da Assembleia Municipal PS); Andreia Caldas (Membro da Assembleia Municipal UNIDOS); Leonor Bento (Juventude Socialista); Henrique Silva Santos (Juventude Social Democrata); Beatriz Cipriano (Juventude Comunista Portuguesa); João Pedro Canário (Juventude UNIDOS); Letícia Vilela (Académico Torres Vedras); Vasco Ferreira (Associação de Jovens Auditores da Defesa Nacional); Rodrigo João (Associação de Escoteiros de Portugal - Grupo 129 Torres Vedras); Martim Viola (Associação de Estudantes do Externato de Penafirme/SEMINFOR); Joana Alves (Associação de Estudantes da Escola Henriques Nogueira). Como observadores permanentes: André Santos (Associação de Estudos Subterrâneos e Defesa do Ambiente); Emanuel Carvalho (Espeleo Clube de Torres Vedras); Mariana Barros (Sociedade de História Natural); Andreia Besteiro (ESTUFA); Francisco Malhado (Associação Amigos de Torres); Sofia Lopes (Juventude da Cruz Vermelha -Delegação de Torres Vedras). Estiveram igualmente presentes os seguintes membros da Area da Juventude que prestam apoio ao funcionamento do CMJTV: Joana Galvão e Andreia Correia.

Após uma exposição da Vereadora Ana Umbelino relativamente àqueles que são os objetivos, métodos e dinâmicas deste órgão consultivo, deu-se início às votações previstas na Ordem de Trabalhos da sessão. Nomeadamente, a votação para a Mesa do Plenário, para a Comissão Permanente e dos representantes a integrar os conselhos Municipal de Educação e Intermunicipal da Juventude do Oeste – pontos 2, 3 e 4 da Ordem de Trabalhos, respetivamente.

Tomando posse no final da votação, foram eleitos para a **Mesa do Plenário**: Joana Alves, Presidente da Associação de Estudantes (AE) da Escola Secundária Henriques Nogueira como 1º Secretário; João Pedro Canário, representante da Juventude do UNIDOS por Torres Vedras — Movimento Cívico como 2º Secretário. Foram eleitos para a **Comissão Permanente**: Leonor Bento, representante da Juventude Socialista (JS) como Presidente da Comissão; Henrique Santos, representante da Juventude Social Democrata (JSD); Rodrigo João, representante da Associação de Escoteiros de Portugal — Grupo 129 de Torres Vedras; João Pedro Canário, representante da Juventude do UNIDOS por Torres Vedras —

Movimento Cívico; Letícia Vilela, representante do Académico de Torres Vedras (ATV). Foram eleitos como representantes do CMJTV de Torres Vedras no Conselho Municipal de Educação Henrique Santos, representante da Juventude Social Democrata; e como representantes no Conselho Intermunicipal da Juventude Oeste, foi eleito Martim Viola, Presidente da AE do Externato de Penafirme.

A técnica da área da juventude, Andreia Correia deu seguimento aos trabalhos com uma apresentação daquele que foi o balanço das atividades do Plano de Ação para 2021, do CMJTV. Com destaque para atividades como "O que (raio) pensam os Jovens sobre..."; visitas às grutas da Maceira; "Festas da Cidade + Jovem"; "Ver Torres Vedras Invisível"; estas duas últimas não chegaram a ser realizadas, justificou Andreia Correia, pelas dificuldades em realizar atividades de grupo em contexto de pandemia. Outras atividades propostas pela Área da Juventude da Câmara Municipal de Torres Vedras, nomeadamente "Caminhos da Sustentabilidade: a economia circular" que não se chegou a realizar por falta de inscrição, tendo sido posteriormente integrado no serviço educativo da Área da Juventude.

A técnica da área da juventude, Joana Galvão recordou a importância da participação de todos os membros do órgão para a composição do Plano de Ação para 2022, através de contributos e propondo atividades. Neste sentido, ficou estabelecido que a elaboração do plano de atividades, para presente ano, ocorreria durante a próxima reunião ordinária do CMJTV.

Sessão Ordinária de 8 de maio de 2022

Com sede no Auditório do Centro de Artes e Criatividade do Carnaval, Ana Umbelino, na qualidade de Presidente do órgão deu início à sessão dando um breve enquadramento histórico relativamente à historiografia do espaço onde a sessão decorria. Percorrendo a história do antigo Matadouro Municipal, reforçou a importância de se construírem diferentes centralidades urbanas através da reutilização/requalificação de edifícios devolutos. Bem como a importância de espaços, como aquele, de reflexão coletiva, deixando nota que a cultura e a arte provocam reflexão, agitam e criam confronto, levando-nos a compreender os limites e valores que defendemos.

À luz daquela que tinha sido a requisição das técnicas da área da juventude e graças aos contributos dos membros do órgão, elaborou-se o seguinte Plano de Ação de 2022, bem como os respetivos grupos de trabalho para a execução de cada atividade, definindo timings de implementação, objetivos e público-alvo:

• Ação: Visita de Sensibilização Ambiental às Grutas da Maceira | Proponente: AESDA (André Santos) | Membros do grupo de trabalho: AESDA (coordenador); Espeleo Clube; Associação Escoteiros de Portugal-grupo 129.

- Ação: Técnicas de Progressão Vertical em Gruta | Proponente: AESDA (André Santos) | Membros do grupo de trabalho: AESDA (coordenador); Espeleo Clube; Associação Escoteiros de Portugal Grupo 129.
- Ação: *Preservação do Património Costeiro* | Proponente: Sociedade de História Natural (Mariana Branco) | Membros do grupo de trabalho: SHN (Coordenador); Espeleo Clube; Académico Torres Vedras.
- Ação: Ver Torres Vedras Invisível | Proponente: Juventude Socialista de Torres Vedras (Leonor Bento) | Membros do grupo de trabalho: JS (Coordenador); PS; Associação de Escoteiros de Portugal - Grupo 122 Torres Vedras; Associação Amigos de Torres.
- Ação: *Cultura para Todos* (passou a recomendação) | Proponente: Associação ESTUFA Plataforma Cultural (Andreia Besteiro).
- Ação: Limpezas ambientais (fundiu-se com uma outra proposta de atividade do ATV) | Proponente: Juventude Socialista (Leonor Bento) | Membros do grupo de trabalho: ATV (Coordenador); JS; Associação de Escoteiros de Portugal Grupo 129; Corpo Nacional de Escutas Agrupamento 122.
- Ação: Nova Onda | Proponente: JS (Leonor Bento) | Membros do grupo de trabalho: JS (Coordenador); Associação Estudantes Escola Henriques Nogueira; Associação Amigos de Torres; JS; JSD.
- Ação: Festas da Cidade + Jovem | Proponente: JS (Leonor Bento) | Membros do grupo de trabalho: JS (Coordenador); Associação Estudantes Escola Henriques Nogueira; Associação Amigos de Torres; JS; JSD.
- Ação: Estudo para novo edifício da Biblioteca Municipal e Sala de Estudo 24 horas
 (aprovada a constituição de um grupo de trabalho para apresentação de contributos
 ao executivo municipal). | Proponente: JSD (Henrique Silva Santos) | Membros do
 grupo de trabalho: JSD (Coordenador); JS; Unidos por Torres Vedras.
- Ação: Encontro(s) de Juventude | Youth Meetings | Proponente: Movimento Cívico UNIDOS por Torres Vedras (João Pedro Canário) | Membros do grupo de trabalho: Unidos por Torres Vedras (Coordenador); Associação de Estudantes da Henriques Nogueira; Estufa; JSD; JS.
- Ação: Há arte em encontrar | Proponente: ESTUFA Plataforma Cultural (Andreia Besteiro) | Membros do grupo de trabalho: Estufa (Coordenador); Associação de Estudantes da Escola Henriques Nogueira; (contactar AE. da ESCO).

Todas as propostas foram apresentadas pelos/as seus/suas proponentes e posteriormente colocadas à discussão dos elementos presentes na reunião.

Sessão Extraordinária de 25 de julho de 2022

Sessão extraordinária do órgão, decorreu online via Zoom, tendo sido presidida pela vereadora Ana Umbelino, com ponto único relativamente à necessidade se ser eleito um represente do CMJTV para integrar a Comissão Consultiva dos 100 Anos do Carnaval de Torres Vedras (1923-2023).

Após um breve enquadramento sobre as funções do representante que integrará esta Comissão, sobre o papel deste representante e sobre as competências e objetivos da Comissão Consultiva dos 100 Anos do Carnaval de Torres Vedras, referindo a urgência desta reunião, justificada pela necessidade deste/a representante estar convocado/a para a reunião da próxima quinta-feira, dia 28 de julho.

Procedeu-se à dita votação, que elegeu o representante da Juventude UNIDOS por Torres Vedras — Movimento Cívico, João Pedro Canário, por 4 votos, que ficará com a responsabilidade de partilhar informações da Comissão com este Conselho e por outro lado também recolher contributos de todos/as os conselheiros/as municipais da juventude.

Torres Vedras, 30 de março de 2023

O Deputado à Assembleia Municipal de Torres Vedras,

(Tomás Horta Lourenço)

truis Hita livenço

Conselho Municipal da Saúde

Representante:

Damas Antunes

Informação Ano 2022 Conselho Municipal da Saúde

Na sessão de 26 de outubro de 2022 fui eleito pela Assembleia Municipal como representante deste órgão, para o Conselho Municipal de Saúde conforme foi solicitado pela Câmara Municipal, com enquadramento no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

Informo que até ao dia de hoje não fui convocado para nenhuma reunião, nem me foi solicitado nada acerca deste assunto.

Torres Vedras, 14 de fevereiro de 2023

Cumprimentos,

José Damas Antunes

Comissão Municipal de Proteção Civil

Representante:

Luis Pedro Silva

Ex.mo, Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Dr. José Correia

Em resposta ao solicitado por V.Exa , envio resumo da intervenção/ informação durante o Ano de 2022 na Comissão Municipal de Protecção Civil de Torres Vedras.

No mês de Fevereiro foi feita a divulgação do PLANO DE COORDENAÇÃO / INTERVENÇÃO PARA O CARNAVAL DE TORRES VEDRAS, evento que viria a ser cancelado devido à Covid19.

No dia 27/04 teve lugar uma Assembleia Extraordinária para desactivação do PLANO DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL RELACIONADO COM O COVID19, o mesmo foi votado por unanimidade.

A 17/06 foi comunicado à Comissão o Plano de Coordenação/Intervenção para o Carnaval DE VERÃO que se realizou a 18 de Junho em Santa Cruz e que correu como planeado sem problemas.

Foi também dado a conhecer o Plano de Coordenação/Intervenção para a Feira de S. Pedro que se realizou de 23/06 a 03/07.

No dia 11/07 teve lugar uma Assembleia Extraordinária da Comissão para activação do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil no âmbito da previsão de condições meteorológicas adversas na altura (Seca), o mesmo foi votado por unanimidade.

A 12/09 pelas 11h10m, foi a Comissão informada da desactivação do plano atrás referido.

No dia 03/10 foi comunicado à Comissão a recomendação da adopção de medidas para o Ano HIDROLÓGICO QUE TEVE INÍCIO EM OUTUBRO.

A 02/11 foi a Comissão informada da 10º edição do exercício público de sensibilização para o risco sísmico "A TERRA TREME" que se realizou a 9 de Setembro.

A 30 de Novembro foi enviado à Comissão uma proposta de actualização do **PMETV** (**PLANO MUNICIPAL EMERGÊNCIA DE TORRES VEDRAS**), para análise dos membros e possíveis contributos de propostas de alterações para posterior envio à Assembleia Municipal.

Em 20/01/2023 foi enviado à Comissão o relatório de ocorrências adversas do mau tempo do dia 13 de Dezembro de 2022 no Concelho.

De salientar toda a disponibilidade e empenho dos técnicos da Protecção Civil/ Câmara Municipal, para fornecer informações/alertas sempre que solicitadas.

Torres Vedras, 10 de março de 2023

Com os melhores cumprimentos

Luis Pedro Silva

Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais

Representantes:

António Espírito Santo Nuno Pinto

COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

RELATÓRIO

Os representantes da Assembleia Municipal de Torres Vedras (dois Presidentes de Junta), para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, foram eleitos em sessão desta Assembleia, ocorrida em 09/11/2021, a saber: Nuno Carlos Lopes Pinto e António Joaquim do Espírito Santo, efetivos e João Francisco Mota Tomás como suplente.

Trata-se de uma Comissão, com objetivos claramente preventivos, cujas ações abrangem várias áreas, e visa no tempo, a redução progressiva dos Fogos Rurais.

A sua composição, com quase 30 elementos, logo uma grande diversidade de ideias, contribui para equilíbrios e decisões assertivas.

No ano de 2022 reuniu 3 vezes, onde obviamente foi abordada a questão dos Fogos Rurais, mas também outras ações interligadas e que passo a descriminar:

- POM Plano Operacional Municipal
- Faixas de Gestão de Combustível
- Sapadores Florestais
- Ações de Reflorestação
- Emissão de Pareceres, no âmbito do Decreto Lei nº 82/2021
- Fogo Controlado
- Campanhas de Sensibilização
- Balanço do Registo de Incêndios

O (POM), Plano Operacional Municipal, bem como o Plano Municipal de Defesa da Floresta, são documentos que guiam toda a estratégica da Comissão, no combate aos Fogos Rurais. São apresentados pelo G.T.F. (Gabinete Técnico Florestal), permite contributos para a sua melhoria, é discutido e votado pela Comissão a sua aprovação, para envio ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.

As Faixas de Gestão de Combustível, são espaços regularmente limpos de vegetação, com redução da densidade de árvores, com o objetivo de permitir uma maior segurança, a vias de comunicação, habitações e zonas industriais. Trata-se de uma matéria complexa, e de difícil aplicabilidade no terreno. Obriga a notificações aos proprietários, assim como a verificações do cumprimento das mesmas.

Os Sapadores Florestais, estão constituídos em equipas de 5 elementos e, de forma planeada, procedem a ações de limpeza e desmatação nas zonas mais criticas do Concelho. Durante o período critico, são deslocados para os locais supostos de maior perigosidade, com a finalidade de poderem iniciar um ataque rápido no início dos fogos e dissuadirem comportamentos de risco.

As Ações de Reflorestação, acontecem em locais previamente definidos, que reúnem condições adequadas para este efeito. Visam substituir áreas degradadas da floresta, ou plantar árvores autóctones, em terrenos municipais ou das Juntas de Freguesia.

Os Pareceres emitidos, no âmbito do Decreto Lei nº 82/2021, referem-se a projetos fora da malha urbana, por exemplo: explorações agrícolas, pecuárias, unidades industriais com interesse Municipal, etc.

Os Fogos Controlados, ao queimarem apreciáveis áreas de mato e feno, são uma forma preventiva, de se melhorar as condições no combate a prováveis incêndios. Estas ações, são dirigidas por técnicos da especialidade e Bombeiros.

As Campanhas de Sensibilização, são levadas à prática, com a finalidade de alertar a população em geral, para importância e atenção, que cada vez mais se deve dar ao tema dos Fogos Rurais. De um modo geral, têm a participação da G.N.R., da área do Ambiente, membro desta Comissão e importante parceiro.

O Balanço do Registo de Incêndios, feito todos os anos, permite em termos estatísticos, não só avaliar, mas também perceber o efeito e resultados das medidas tomadas. Os indicadores são positivos.

O balanço do ano de 2022, registou 133 ocorrências, com um total de área ardida de 27,09 ha. As maiores incidências, ocorreram na União de Freguesias de Dois Portos e Runa e na Freguesia do Ramalhal. Os meses das maiores ocorrências, foram os de junho e julho, o que não é habitual no nosso Concelho. Registaram-se muitas ocorrências em período noturno e em simultaneidade o que tem deixado as autoridades atentas.

A reduzida área ardida em 2022, sugere-nos que estamos no caminho certo, contudo, a significativa mancha florestal, localizada principalmente a norte do Concelho, é uma grande zona de risco, que não podemos ignorar. Temos de estar atentos e não baixar a guarda, pois poderá vir um verão, que ultrapasse em muito, os bons registos dos últimos anos.

Por último, quero destacar o grande empenho, trabalho e competência do (G.T.F.) Gabinete Técnico Florestal, na liderança destas matérias.

Torres Vedras, 28 de março de 2023

O Presidente da U. Freguesias Carvoerra e Carmões

(Nuno Pinto)

O Presidente da J. Freguesia do Ramalhal

(António Joaquim do Espírito Santo)

Comissão Alargada da CPCJ

Representantes:

Sónia Patrício; Ana Fieis e Andreia Caldas Ana Fiéis

Deputada Municipal

Cidadã eleitora designada pela Assembleia Municipal

Exmo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Dr José Manuel Correia

Assunto: Informação sobre a atividade da Comissão Alargada da CPCJ de Torres Vedras, respeitante ao ano de 2022.

Data: 22.02.2023.

Em resposta à prezada solicitação de informação sucinta respeitante ao ano de 2022 da Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, sou a informar:

Durante o ano de 2022 restabeleceu-se, de alguma forma, uma maior normalidade na atuação da CPCJ, face aos anos de pandemia anteriores, no entanto, no que concerne à regularidade da realização da Comissão Alargada foram realizadas 7 reuniões alargadas.

De realçar a importância dada durante o ano ao trabalho de sensibilização e esclarecimento da comunidade em geral, bem como dos agentes da primeira linha com ação direta com crianças e jovens, com vista à deteção e intervenção precoce de situações de risco.

Com vista a esse objetivo, foram realizadas três ações de sensibilização, em colaboração com as Comissões Sociais das Freguesias do Concelho, com o principal objetivo de dar a conhecer o papel e funções da CPCJ e informar os profissionais que trabalham de perto com as crianças e jovens sobre os trâmites e atuação da CPCJ.

É necessário, cada vez mais, que a comunidade em geral, tenha papel ativo e esteja esclarecida quanto ao papel da CPCJ para que o trabalho em prol das crianças e jovens do concelho seja profícuo, ativo e de importância para uma vivência saudável.

No que concerne ao Relatório apresentado voltou a verificar-se um aumento do volume processual, com acréscimo do número de processos instaurados face ao ano anterior. De assinalar, no entanto, um deficit de recursos humanos relativamente às necessidades

que a gestão do número de processos impõe, situação que compromete a eficácia e celeridade na intervenção da Comissão e para a qual as entidades de origem têm que estar mais aptas a responder.

Preocupação adicional prende-se, ainda, com a falta de recursos ao nível da Saúde Mental, obrigando as crianças e jovens a esperas demasiado longas para alcançar possibilidade de consultas e acompanhamento devido.

Os tempos que vivemos não são fáceis, e a CPCJ de Torres Vedras já tem um volume processual grande, com algumas barreiras por superar, mas com a mobilização da comunidade, tudo fará certamente para possibilitar às crianças e jovens do nosso concelho, objeto de sinalização, uma vida mais condigna, saudável e sem riscos.

Com os meus melhores cumprimentos,

Ana Fiéis